DIRETRIZES PARA UMA POLÍTICA ESTADUAL DE ECOTURISMO [1]

Sumário

1. Apresentação

1.1. A quem se destina este documento
1.2. Histórico da formulação das *Diretrizes*

2. O ecoturismo e o ecoturismo no Estado de São Paulo

2.1. Em busca de uma definição para o ecoturismo
2.2. Possibilidades e impactos do ecoturismo
2.3. Lugares já explorados pelo ecoturismo no Estado de São Paulo

3. Objetivos, estratégias e ações das *Diretrizes*

3.1. Objetivos
3.2. Estratégias e ações

Estratégia 1: Regulamentação do ecoturismo
Estratégia 2: Fortalecimento e interação institucional
Estratégia 3: Promoção da geração, gerenciamento e difusão de informações sobre ecoturismo
Estratégia 4: Formação e capacitação de recursos humanos
Estratégia 5: Participação comunitária
Estratégia 6: Sensibilização e informação do turista
Estratégia 7: Gestão integrada do ecoturismo em áreas naturais
Estratégia 8: Implantação e adequação de infra-estrutura
Estratégia 9: Incentivos ao desenvolvimento profissional do ecoturismo
Estratégia 10: Controle de qualidade da operação do ecoturismo

4. Considerações finais

5. Participantes do Seminário do Grupo Executivo, responsáveis pela elaboração da primeira versão das *Diretrizes para uma Política Estadual de Ecoturismo*

6. Agradecimentos

7. Lista de abreviaturas utilizadas neste documento

ANEXO 1 - UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO
ANEXO 2 - GLOSSÁRIO DE TERMOS UTILIZADOS NESTE DOCUMENTO

---

[1] **Coordenado pela Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, através da Coordenadoria de Educação Ambiental (CEAM), com apoio do núcleo de Estudos e Pesquisas Ambiental (NEPAM) da UNICAMP.**

1. Apresentação

1.1. A quem se destina este documento

Este documento contém as orientações da política do Estado de São Paulo para o desenvolvimento sustentado do ecoturismo, que deverão nortear ações públicas, privadas e da sociedade civil nesta área. Contudo, uma vez que os conhecimentos sobre esta atividade (em todos os seus aspectos - econômicos, ambientais, sociológicos etc.) ainda são relativamente inconsistentes ou se apresentam pouco sistematizados, apesar de seu crescimento notável nos últimos anos, acreditamos que este documento também possa servir de referência para o estudo, avaliação, crítica e implementação de projetos em ecoturismo.

Assim, pensamos que ele poderá ser útil a profissionais do mercado, administradores públicos, técnicos, docentes, ambientalistas e, inclusive, ecoturistas. Isto é, a todos aqueles interessados em colaborar para a harmonização entre interesses econômicos, ambientais e socioculturais no desenvolvimento desta atividade.

1.2. Histórico da formulação das *Diretrizes*

A proposta de discutir e formular orientações gerais para o desenvolvimento sustentado do ecoturismo no Estado de São Paulo surgiu em fins do ano de 1995, por iniciativa da Coordenadoria de Educação Ambiental-CEAM da Secretaria de Estado do Meio Ambiente-SMA, e dentro das atribuições do artigo 78 do decreto 30.555 de 03.10.89. Segundo este artigo,

> "A Coordenadoria de Educação Ambiental tem como atribuição planejar, desenvolver e promover a educação ambiental, o *ecoturismo* e a difusão de procedimentos que, visando a melhoria do meio ambiente, estimulem a adesão da população à política de promover o desenvolvimento ecológico sustentado, assim como a preservação, conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente."

A preocupação com este tema não se prende apenas ao atendimento dessa determinação legal, mas principalmente à necessidade de organizar este tipo de atividade no âmbito do Estado, que representa o maior mercado emissor de turistas e ecoturistas do país e onde tanto os possíveis resultados benéficos como negativos das atividades do ecoturismo já têm se manifestado.

Dentro do espírito das recomendações da *Agenda 21* e de outras iniciativas do Governo do Estado com vistas à implementação de estratégias de desenvolvimento sustentável em São Paulo, é de se destacar também que a formulação destas *Diretrizes* acontece em paralelo a outras ações localizadas como, por exemplo, a *Agenda de Ecoturismo para o Vale do Ribeira*, que tem avançado bastante na proposta de organização da atividade na região, enxergando o ecoturismo como uma estratégia de desenvolvimento sustentável. Em discussão desde 1995 e oficialmente lançada no segundo semestre de 1996, ela resulta de um trabalho conjunto das Secretarias de Estado do Meio Ambiente, de Esportes e Turismo, do

Emprego e Relações do Trabalho, de Economia e Planejamento, da Cultura e da Agricultura e do Abastecimento com o Consórcio para o Desenvolvimento Intermunicipal do Vale do Ribeira-Codivar.

O estabelecimento dos planos de gestão (emergenciais) de Parques Estaduais, como por exemplo Intervales e Ilhabela, cuja ênfase para sustentação econômica recai basicamente na visitação turística, é outra experiência a ser apontada como marco na discussão recente sobre o ecoturismo nas áreas naturais protegidas em São Paulo. Enquanto iniciativa da sociedade civil e de empreendedores privados atuantes nesta área, há que se mencionar o projeto do Pólo Ecoturístico do Lagamar, idealizado e executado por uma ONG, a SOS Mata Atlântica, e um *pool* de empresários de turismo locais e da capital, objetivando o desenvolvimento do ecoturismo naquela região.

Contudo, independente da relevância destes trabalhos pontuais, a principal referência para a discussão de uma política de ecoturismo para o Estado foi o documento produzido e divulgado em fins de 1994 pelo Instituto Brasileiro de Turismo-Embratur e pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente-Ibama, intitulado *Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo.*[2] Este documento foi, inclusive, a base a partir da qual se estabeleceu toda a discussão para a formulação da política estadual, como se verá adiante.

Inicialmente previstos para serem realizados num período de 4 meses, os trabalhos do projeto das *Diretrizes* estaduais sofreram solução de continuidade, em virtude dos problemas decorrentes do incêndio na sede do órgão, no fim de 1995. Em junho de 1996, os trabalhos foram reiniciados em função do estabelecimento de um termo de cooperação entre a SMA/CEAM e a UNICAMP/NEPAM-Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais.

Desde sua primeira fase, o projeto de elaboração das *Diretrizes* foi concebido de maneira a permitir a mais ampla participação de todos os atores sociais envolvidos na discussão, planejamento e operação do ecoturismo. Assim, foi constituído um Grupo Executivo, encarregado de discutir e formular uma primeira versão do documento, bem como de introduzir o debate nos órgãos e setores envolvidos. Este grupo ficou incumbido também de acompanhar as demais etapas previstas para a elaboração do documento final.

Depois de algumas reuniões preliminares realizadas desde julho de 1996, foi realizado um seminário no Parque Estadual de Campos do Jordão, entre os dias 06 e 08 de setembro, quando o Grupo Executivo, utilizando um módulo de planejamento baseado na metodologia do Planejamento Estratégico Situacional (PES), chegou a um consenso sobre o conteúdo da versão preliminar das *Diretrizes*.

A divulgação deste primeiro documento foi estendida a um público variado, identificado entre os interessados no tema (como, por exemplo, prefeituras, ONGs, profissionais do setor, associações comerciais, instituições de ensino e imprensa). Reuniões para discussão da versão preliminar foram realizadas com representantes de vários setores envolvidos com o assunto, como por exemplo, o empresariado, prefeituras de locais de interesse para o ecoturismo e diretores e técnicos de Unidades de Conservação (UCs). A versão preliminar deste documento foi, inclusive, apresentada e discutida no Congresso do Instituto de Ecoturismo do Brasil-IEB, ocorrido em Bertioga (SP) em novembro de 1996. Depois disso, e da incorporação de críticas e sugestões, foi finalmente elaborada esta versão definitiva, submetida a aprovação numa Reunião Pública, para a qual foram convidados representantes de órgãos públicos e da sociedade civil.

---

[2] **Brasil.** *Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo*. Barros II**,** Silvio M. e Penha, Denise H (coord.), Brasília, Embratur/Ibama, 1994.

O resultado de todas essas discussões será enviado ao Conselho Estadual do Meio Ambiente-Consema e ao Conselho Estadual de Turismo para apreciação, deliberação, recomendações e encaminhamentos das providências cabíveis em cada caso. Finalmente, um grupo de trabalho multi-setorial, instituído pelo Governo do Estado, estará encarregado de monitorar a implementação das presentes propostas.

2. O ecoturismo e o ecoturismo no Estado de São Paulo

2.1. Em busca de uma definição para o ecoturismo

É sabido que a chamada indústria do turismo é a que mais cresce em nível mundial: analistas do setor apontam um crescimento de 4 a 5 % ao ano e um índice de 10% de ocupação da população economicamente ativa. Dentro dessa indústria, o segmento do ecoturismo seria o de maior crescimento (20% ao ano), dado o interesse recente da opinião pública por atividades e discussões relativas ao meio ambiente e ao *stress* da vida cotidiana nos grandes centros urbanos.

O ecoturismo também vem sendo considerado como uma atividade de baixo impacto ambiental, uma possibilidade de sustentação econômica para UCs e uma alternativa às economias das regiões onde atividades tradicionais (como a pequena agricultura familiar, o extrativismo, a pesca artesanal, entre outras) têm revelado seu esgotamento e se demonstrado insuficientes para a manutenção das populações delas dependentes. Especialmente naquelas regiões submetidas a novos expedientes legais cujas restrições têm colocado tais atividades como incompatíveis com a conservação ambiental, agravando suas condições de sobrevivência.

Contudo, verifica-se nos debates sobre este tema a ausência de um consenso em torno da definição e mesmo da prática efetiva do ecoturismo, fato que merece uma grande atenção. É preciso lembrar, de início, que o termo ecoturismo diz respeito a inúmeras modalidades de visita e contato com a natureza, funcionando como uma idéia “guarda-chuva” - apenas como ilustração podemos mencionar caminhadas, passeios de bicicleta, de barco e observação de aves (vide Anexo 2 ao final deste documento, apresentando a caracterização de cada uma das modalidades do ecoturismo). Aliás, esse próprio termo possui vários equivalentes, empregados usualmente no mercado desde o surgimento desse novo segmento da indústria turística na década de 80, como turismo alternativo, verde, ecológico ou ambiental. Sobre este ponto, cabe esclarecer que estas *Diretrizes* adotam a variável ecoturismo apenas por sua utilização predominante na atualidade.

É preciso não perder de vista, ainda, essa condição do ecoturismo apontada no parágrafo anterior: a de inserir-se integralmente dentro da indústria turística, enquanto um segmento particular daquela, o que lhe confere algumas de suas características gerais problemáticas (independente de suas peculiaridades positivas, como veremos adiante), como, por exemplo, a sazonalidade e a concentração de renda nos pólos emissores. Isso precisa ser considerado se temos como objetivo promover o ecoturismo como um instrumento de desenvolvimento sustentável.

Com respeito ao termo ecoturismo, torna-se importante levar em conta também a diversidade de definições existente, uma vez que ela também costuma

ser acompanhada por diferenças, e por vezes por divergências entre os atores envolvidos, entre práticas do turismo no meio natural e em pequenas comunidades.

De acordo com a Embratur, na formulação presente nas *Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo,* ecoturismo

> "... é um segmento da atividade turística que utiliza de forma sustentável o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações."[3]

A organização *The Ecotourism Society*, considerada uma referência internacional na discussão sobre o ecoturismo, identifica-o como

> "... a viagem responsável a áreas naturais, visando preservar o meio ambiente e promover o bem-estar da população local".[4]

Já uma pesquisa recente realizada entre representantes do mercado do ecoturismo indica que a concepção predominante neste setor o interpreta como

> "... toda atividade turística realizada em área natural com o objetivo de observação e conhecimento da flora, fauna e aspectos cênicos (com ou sem o sentido de aventura); prática de esportes e realização de pesquisas científicas".[5]

Se consideramos o panorama acima exposto e as implicações do crescimento da indústria turística e do próprio segmento do ecoturismo, torna-se cada vez mais urgente o estabelecimento de negociações, políticas e regras visando garantir a conciliação entre estes elementos: a conservação dos recursos naturais, do patrimônio histórico e cultural e de modos de vida e culturas peculiares; a solução de problemas econômicos localizados e os interesses de uma indústria em expansão. Nesse sentido, alguns princípios podem ser reconhecidos como básicos à implementação de projetos - de quaisquer extensão ou natureza - em ecoturismo. E é neles que a formulação destas *Diretrizes* foi embasada, a despeito de qualquer definição de ecoturismo possa ser assumida como mais apropriada, visto que tais princípios visam o desenvolvimento de um *turismo sustentável*. São eles:

- uso sustentável dos recursos naturais;
- manutenção da diversidade biológica e cultural;
- integração do turismo no planejamento;
- suporte às economias locais;
- envolvimento das comunidades locais;
- consulta ao público e aos atores envolvidos;
- capacitação de mão-de-obra;
- marketing turístico responsável;
- redução do consumo supérfluo e desperdício; e
- desenvolvimento de pesquisas.[6]

---

[3] **Brasil**, *op. cit.*, p. 19.

[4] *Apud* **Western**, David. "Definindo o ecoturismo", in **Lindbeg**, K. & **Hawkins**, D. *Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão*. São Paulo, Ed. Senac. 1995, p. 17.

[5] **Ruschel & Associados**, *1ª Bienal de Ecoturismo de Canela*. Canela, 1995.

[6] Sintetizado a partir de **Ever**, Shirley (ed.) *Beyond the Green Horizont: A Discussion Paper on Principles for Sustainable Tourism*. Washington, Tourism Concern/WWF, 1992.

2.2. Possibilidades e impactos do ecoturismo

Como quaisquer atividades econômicas, em especial aquelas desenvolvidas em áreas naturais, o ecoturismo pode produzir *impactos*, benéficos ou negativos. Há que se lembrar, entretanto, que tanto os benefícios do ecoturismo como os problemas dele decorrentes são *potenciais*, isto é, dependem fundamentalmente do modo como seu planejamento, implantação e monitoramento forem organizados e realizados.

De uma maneira geral é possível apontar-se como impactos positivos das atividades do ecoturismo:[7]

- geração de emprego, renda e estímulo ao desenvolvimento econômico em vários níveis (local, regional, estadual, nacional);
- possibilidade de melhoria de equipamentos urbanos e de infra-estrutura (viária, sanitária, médica, de abastecimento e de comunicações);
- ampliação dos investimentos voltados à conservação de áreas naturais e bens culturais;
- fixação das populações locais graças à geração de emprego e renda;
- sensibilização de turistas e populações locais para a proteção do ambiente, do patrimônio histórico e de valores culturais;
- fomento a outras atividades econômicas potencialmente sustentáveis, como o manejo de plantas medicinais, ornamentais etc.;
- melhoria do nível sociocultural das populações locais;
- estímulo à comercialização de produtos locais de qualidade; e
- intercâmbio de idéias, costumes e estilos de vida.

Por outro lado, o ecoturismo também pode produzir, como impactos negativos:

- incremento do consumo de recursos naturais, podendo levar ao seu esgotamento;
- consumo do solo e transformação negativa da paisagem pela implantação de construções e infra-estrutura;
- aumento da produção de lixo e resíduos sólidos e efluentes líquidos;
- alteração de ecossistemas naturais devido à introdução de espécies exóticas de animais e plantas;
- estímulo ao consumo de *souvenirs* produzidos a partir de elementos naturais escassos;
- perda de valores tradicionais em conseqüência da homogeneização das culturas;
- aumento do custo de vida, supervalorização dos bens imobiliários e conseqüente perda da propriedade de terras, habitações e meios de produção por parte das populações locais;
- geração de fluxos migratórios para áreas de concentração turística; e
- adensamentos urbanos não planejados e favelização.

---

[7] Sintetizado a partir de **Bernaldéz**, G. “Turismo y Medio Ambiente”, Madrid, 1992, citado em “Todos”, *Cuadernos de Educación Ambiental*, n. 15, 1994, publicado pelo Centre Unesco de Catalunya.

No caso específico de seu desenvolvimento em UCs, o ecoturismo pode gerar, como benefícios:

- sustentação econômica da UC;
- integração da UC com as populações locais;
- circulação de informações sobre o meio ambiente;
- aumento da oferta de atividades de lazer e recreação;
- ampliação da capacidade de fiscalização;
- controle sobre grupos organizados; e
- divulgação da UC.

Porém, da mesma forma como seu desenvolvimento em áreas não protegidas, o ecoturismo pode produzir nas UCs alguns impactos negativos:

- pisoteamento, compactação, erosão e abertura de atalhos em trilhas;
- depredação da infra-estrutura e de atrativos e elementos naturais;
- *stress* e desaparecimento da fauna em razão da presença humana (provocados pelo barulho, cheiro e cores estranhos ao ambiente);
- aumento e/ou deposição inadequada do lixo;
- necessidade de "sacrifício" de áreas para instalação de infra-estrutura; e
- aumento do risco de incêndios.

Estas *Diretrizes* foram discutidas e formuladas visando otimizar os impactos positivos e minimizar aqueles negativos advindos das atividades do ecoturismo.

2.3. Lugares já explorados pelo ecoturismo no Estado de São Paulo

Para ser conduzido de forma coerente com princípios de sustentabilidade, do ponto de vista dos ambientes naturais o planejamento do ecoturismo deve levar em conta a fragilidade dos ecossistemas onde se desenvolve, considerando os fatores limitantes à sua exploração.

A Mata Atlântica é, no Estado de São Paulo, o ecossistema que mais concentra atrativos - tanto em termos cênicos como ecológicos - para as atividades do ecoturismo, apesar de apresentar-se apenas em fragmentos florestais isolados, implantados entre áreas urbanizadas ou com ocupação agropecuária. A constatação dessa concentração de atrativos não desqualifica o interesse das áreas de cerrado, campos de altitude ou ainda das formações peculiares das cavernas; do litoral, como os mangues e restingas; e mesmo dos ambientes aquáticos (marinhos, lacustres e fluviais) para o ecoturismo. Ela apenas indica o tipo de espaço mais utilizado atualmente para tal atividade, mas pode também ser um indicativo da necessidade de urgência na prevenção e mitigação de impactos das práticas ali atualmente desenvolvidas.

Em termos de UCs, onde a variedade de ecossistemas do Estado está representada, e que se colocam como espaços de expressiva concentração dos programas ecoturísticos detectáveis atualmente, São Paulo conta com **23 parques estaduais, 22 estações ecológicas, 21 estações experimentais, 10 florestas estaduais, 3 reservas estaduais e 2 viveiros (vide Anexo 1 ao final deste volume com a listagem das UCs do Estado e seus programas de uso público).** À exceção das estações ecológicas, cuja visitação é restrita e vinculada a atividades

de pesquisa científica e de educação ambiental, num sentido estrito, grande parte das demais áreas conservadas apresentam atrativos potencialmente incorporáveis pelo mercado ecoturístico, desde que suas condições de recepção sejam adequadas a este tipo de atividade. Além das UCs, áreas particulares protegidas na forma de Reserva Particular de Patrimônio Natural-RPPN, além de representarem uma importante forma de participação da iniciativa privada na proteção ambiental, também podem ser apontadas como espaços interessantes para o desenvolvimento do ecoturismo.[8]

Em muitos municípios do Estado, ou em parte deles (como acontece nas UCs), já podem ser identificadas rotinas de visitação ecoturística, gerando em maior ou menor grau benefícios e problemas. São alguns deles, por região:

- Alto Paranapanema:
Bom Sucesso de Itararé/ Itapeva/ Itararé/ Ribeirão Grande (Parque Estadual Intervales)

- Região das Cuestas:
Analândia/ Brotas/ Itirapina/ São Carlos

- Serra da Bocaina (vertente paulista):
Bananal/ Cunha/ São José do Barreiro (Parque Estadual da Serra do Mar/ Parque Nacional da Serra da Bocaina)

- Serra da Mantiqueira:
Atibaia/ Bragança Paulista/ Campos do Jordão/ Joanópolis/ Santo Antonio do Pinhal/ São Bento do Sapucaí/ São José dos Campos-São Francisco Xavier (Parque Estadual de Campos do Jordão)

- Serra do Mar/Litoral Norte:
Bertioga/ Caraguatatuba/ Ilha Anchieta/ Ilhabela/ Salesópolis/ São Luiz do Paraitinga/ São Sebastião/ Ubatuba (Parque Estadual da Serra do Mar)

- Serra do Mar/Litoral Sul:
Cananéia/ Iguape/ Ilha Comprida (Parque Estadual da Serra do Mar/ Estação Ecológica Juréia-Itatins)

- Baixada Santista:
Peruibe/ Santos (Estação Ecológica Juréia-Itatins/ Parque Estadual da Serra do Mar)

- Vale do Paraíba:
Areias/ Cruzeiro/ Lorena/ Silveiras/ Pindamonhangaba

- Vale do Ribeira:
Apiaí/ Barra do Turvo/ Eldorado/ Juquitiba/ Guapiara/ Iporanga/ Itariri/ Pariquera-açu/ Sete Barras/ Tapiraí (Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira-Petar/ Parque Estadual Intervales)

Outros:

[8] Aliás, é urgente que outras áreas sejam aproveitadas para este tipo de atividade, visto que a pressão sobre as UCs tem gerado situações de grave impacto sobre o ambiente, como por exemplo no caso da Estação Ecológica Juréia-Itatins, onde a rigor nem poderia ocorrer visitação em massa.

Santo André-Paranapiacaba/ Barra Bonita/ Mogi das Cruzes

O acompanhamento das atividades de ecoturismo e de todos os seus desdobramentos, nessas regiões assim como nas UCs, é uma condição para que seus resultados sejam orientados ao desenvolvimento sustentável. Algumas ações propostas nestas *Diretrizes* vão justamente nesta direção.

3. Objetivos, estratégias e ações

3.1. Objetivos

Assumindo como pertinentes os objetivos expressos no documento das *Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo*, o presente documento procurou aproximar da realidade paulista as ações e estratégias propostas em nível federal, sem perder de vista seu objetivos básicos. Eles podem ser assim sintetizados:

- compatibilizar as atividades de ecoturismo com as políticas de conservação de áreas naturais;
- fortalecer a cooperação interinstitucional, tanto dentro como fora do âmbito governamental;
- possibilitar a participação efetiva de todos os segmentos envolvidos com o tema;
- estimular a regulamentação das atividades do ecoturismo;
- promover e estimular a capacitação de recursos humanos para tais atividades;
- promover e incentivar a criação e melhoria da infra-estrutura para o desenvolvimento do ecoturismo; e
- promover o aproveitamento do ecoturismo como veículo de educação ambiental para turistas, comunidades locais e empreendedores do setor.

3.2. Estratégias e ações

A seguir são apontadas as estratégias consideradas fundamentais para o desenvolvimento e/ou realinhamento das atividades do ecoturismo no Estado de São Paulo, visando garantir sua sustentabilidade, conforme os princípios expostos anteriormente. Para cada uma das estratégias, que procuram responder à avaliação dos principais problemas e direcionamentos desejáveis para a prática ecoturística, são apresentadas ações voltadas à sua concretização, bem como os atores sociais (públicos, privados e da sociedade civil) identificados como competentes e/ou responsáveis para sua execução.

Tal identificação e atribuição de competências e responsabilidades não exclui outros atores sociais eventualmente não citados aqui, assim como não desconsidera iniciativas ou parcerias que venham a surgir a partir do estabelecimento destas *Diretrizes*. Ela aponta tão somente, em alguns casos, parceiros já comprometidos com esta política e, em outros, apenas os responsáveis legais.

Estratégia 1: **Regulamentação do ecoturismo**

Objetivos:

Definir marcos referenciais para as atividades do ecoturismo, visando harmonizar os diversos setores nelas envolvidos e facilitar a ação do Estado (em suas esferas federal, estadual e municipal) no apoio à implementação do desenvolvimento sustentável.

Tais marcos referenciais devem ser discutidos publicamente, considerar a estrutura legal relativa ao ecoturismo e estar embasados em critérios e parâmetros condizentes com os princípios de sustentabilidade, além de fazer uso de outros instrumentos complementares à estrutura legal.

Ações:

- Sistematizar e divulgar a estrutura legal existente e a ser estabelecida relativa ao ecoturismo em áreas terrestres e marítimas;

Responsabilidade: SET, SMA, Senac

- Elaborar dispositivos legais necessários ao desenvolvimento sustentável do ecoturismo, após discussões públicas, sempre que possível;

Responsabilidade: SET, SMA, Anamma, entidades representativas do setor empresarial, SEEP

- Elaborar mecanismos para disciplinar o ecoturismo em áreas marinhas;

Responsabilidade: SMA

- Incrementar mecanismos de fiscalização e controle, em áreas e temáticas determinadas;

Responsabilidade: SET, SMA

- Estabelecer mecanismos de estímulo a empreendedores ecoturísticos, visando o atendimento da regulamentação; e

Responsabilidade: entidades representativas do setor empresarial, SERT, SET SMA

- Subsidiar os órgãos públicos municipais e os empreendedores na implementação de regulamentações compatíveis com as realidades locais.

Responsabilidade: Anamma, entidades representativas do setor empresarial, SEEP, SET, SMA

Estratégia 2: **Fortalecimento e interação institucional**

Objetivos:

Promover a articulação e o intercâmbio de informações e de experiências entre órgãos governamentais, entidades da sociedade civil e o setor privado.

Ações:

- Promover a criação de fóruns tripartites (incorporando representantes do poder público, sociedade civil e do mercado), permanentes e autônomos para discussão e implementação do ecoturismo nos níveis estadual, regional e municipal;

Responsabilidade: entidades representativas dos vários setores

- Priorizar a atuação com enfoque regional em áreas ambiental e culturalmente selecionadas, através do apoio aos consórcios municipais e entidades da sociedade civil de abrangência regional;

Responsabilidade: Anamma, SEC, SET, SMA, Cepam

- Promover e apoiar eventos para disseminação de informações sobre ecoturismo;

Responsabilidade: Anamma, Sindetur, entidades representativas do setor empresarial, SET

- Apoiar as iniciativas de capacitação de recursos humanos e de instituições em planejamento ecoturístico;

Responsabilidade: SET, Senac, IEB, Nepam, Sindetur, Sindegtur, entidades representativas do setor empresarial, universidades

- Promover e incrementar os meios de comunicação entre órgãos/instituições públicas e privadas, através de canais permanentes, visando a difusão de informações sobre o ecoturismo; e

Responsabilidade: todos as entidades envolvidas

- Apoiar a realização de atividades de planejamento estratégico, representativo e participativo para ecoturismo nas diferentes regiões do Estado.

Responsabilidade: SMA, SET, SEEP, Anamma, Sindetur, IEB, Ecobrasil, Nepam, universidades

***Estratégia 3:* Promoção da geração, gerenciamento e difusão de informações sobre ecoturismo**

Objetivos:

Realizar o levantamento e sistematização de dados e informações, em níveis local, estadual, nacional e internacional, visando a formação de banco de dados que promova a geração e a conseqüente difusão de informações, além da obtenção de indicadores para o desenvolvimento do ecoturismo.

Ações:

- Executar, manter atualizado e intercambiar informações sobre o inventário dos recursos naturais e atributos culturais relacionados ao ecoturismo em áreas terrestres e marítimas;

Responsabilidade: SET, SMA, Embratur, Ibama, universidades, ONGs, prefeituras, IEB, Ecobrasil

- Criar e incrementar mecanismos de sistematização e divulgação de experiências, informações, fontes de recursos e de incentivos, avanços tecnológicos e de parcerias em ecoturismo, através de bancos de dados e centrais de informações;

Responsabilidade: SET, SMA, Embratur, IEB, Ecobrasil, Anamma, entidades representativas do setor empresarial empresarial, agentes da mídia, universidades

- Promover o levantamento de dados, inclusive estatísticos, necessários ao estabelecimento da atividade de ecoturismo;

Responsabilidade: SET, Embratur, SMA, Ibama, IEB, Ecobrasil, ONGs, universidades

- Criar mecanismos sistemáticos de divulgação de informações correntes relativas às UCs visitáveis;

Responsabilidade: SMA, Ibama

- Criar cadastro de operadoras de ecoturismo que atuem em UCs e outras áreas de interesse para conservação; e

Responsabilidade: SMA, Ibama, SET, Embratur, IEB, Ecobrasil

- Uniformizar a terminologia utilizada na atividade ecoturística, visando um glossário comum para todos os municípios, inclusive de outros Estados e também para os países do Mercosul.

Responsabilidade: MICT, MMA, SET, SMA, Ibama, Embratur, IEB, Ecobrasil

Estratégia 4: **Formação e capacitação de recursos humanos**

Objetivos:

Fomentar e implementar ações voltadas para a formação e capacitação de pessoal envolvido no desempenho das diversas atividades relativas ao ecoturismo, em todos os níveis e especialidades e, principalmente, de sensibilização para um público amplo sobre as possibilidades e limitações do ecoturismo.

Ações:

- Desenvolver campanhas de sensibilização nos setores governamentais e junto à sociedade civil organizada que discutam a atividade ecoturística como estratégia de desenvolvimento sustentável e possibilidade de desenvolvimento local;

Responsabilidade: SMA, SET, ONGs, IEB, Ecobrasil, Sindetur

- Promover cursos de capacitação e formação profissional para o exercício das atividades relativas ao ecoturismo, nos pólos emissivos e receptivos;

Responsabilidade: SMA, Senac, Sebrae, SEE, Embratur, IEB, entidades representativas do setor empresarial, universidades, Ecobrasil, Sindegtur

- Promover cursos, seminários, palestras para dirigentes municipais sobre ecoturismo e desenvolvimento sustentável;

Responsabilidade: SMA, SET, SAA, Cepam, Anamma, iniciativa privada, universidades, Nepam, IEB, entidades representativas do setor empresarial

- Incentivar o envolvimento de pessoal dos setores governamentais, estadual e municipal na área de ecoturismo;

Responsabilidade: SMA, SET, Anamma, Cepam

- Viabilizar a participação de bolsistas em programas de treinamento e capacitação em ecoturismo através de programas de bolsas, parcerias e patrocínios, incentivando a formação profissional de membros das comunidades receptoras;

Responsabilidade: SMA, SET, entidades representativas do setor empresarial, universidades

- Propor às universidades temas para desenvolvimento de pesquisas sobre ecoturismo;

Responsabilidade: Embratur, Ibama, SMA, SET, ONGs

- Incentivar a inclusão de conteúdos relacionados ao ecoturismo no sistema de ensino, tais como: estudos sobre comunidades locais, impactos, estatísticas e comportamento do turista;

Responsabilidade: Embratur, Ibama, SMA, SET, SEE, prefeituras

- Promover e incentivar ações educativas sobre projetos ecoturísticos: técnicas construtivas, operação e serviços que incorporem os princípios e diretrizes do turismo sustentável;

Responsabilidade: Embratur, SET, SCT, Senac, Senar

- Incentivar a realização de cursos técnico-profissionalizantes associados aos serviços de ecoturismo; e

Responsabilidade: SMA, SET

- Incentivar e desenvolver programas de capacitação empresarial para membros das comunidades receptoras interessados em desenvolver negócios na área.

Responsabilidade: Senac, Sebrae, Senar, SET, IEB, Ecobrasil, Sindetur, entidades representativas do setor empresarial

Estratégia 5: **Participação comunitária**

Objetivos:

Permitir e incentivar a integração das comunidades locais no planejamento e na operação ecoturística, proporcionando estímulos que permitam o reconhecimento do ecoturismo como uma atividade econômica viável, sustentável e complementar de suas economias.

Ações:

- Promover, em conjunto com a comunidade, a identificação de sua vocação para o ecoturismo;

Responsabilidade: SMA, SET, ONGs, entidades representativas do setor empresarial

- Criar mecanismos de consulta à população local, fortalecendo seu envolvimento nos processos decisórios que envolvam o planejamento e a operação do ecoturismo;

Responsabilidade: prefeituras, câmaras municipais, mídia local e regional, ONGs, SMA, SET

- Promover a adequação das potencialidades das comunidades com as demandas do ecoturismo;

Responsabilidade: SMA, SET, prefeituras, ONGs

- Promover nos municípios cursos, palestras e seminários para a comunidade sobre ecoturismo e desenvolvimento sustentável;

Responsabilidade: SMA, SET, prefeituras, ONGs, entidades representativas do setor empresarial, Cepam, Nepam, universidades

- Incluir no currículo das escolas dos municípios atividades relativas ao ecoturismo, ampliando-se o conhecimento sobre o tema e a sobre a necessidade de preservação dos recursos naturais e valores culturais locais;

Responsabilidade: SEE, SMA, Ceam, prefeituras

- Fomentar a participação de lideranças comunitárias nas etapas de planejamento e/ou realinhamento de projetos ecoturísticos;

Responsabilidade: SET, SMA, Ceam, prefeituras, ONGs, Sindetur, entidades representativas do setor empresarial

- Desenvolver campanhas informativas sobre o turismo, do ponto de vista de seus impactos benéficos e negativos, incluindo suas possibilidades econômicas, junto à comunidade; e

Responsabilidade: SET, SMA, Embratur, ONGs, IEB, Ecobrasil, universidades

- Desenvolver programas de elaboração e comercialização de produtos e serviços ecoturísticos nas comunidades locais.

Responsabilidade: prefeituras, agentes e operadores de turismo, Sutaco, CAB, Senar

Estratégia 6: **Sensibilização e informação do turista**

Objetivos:

Divulgar ao turista as implicações da atividade ecoturística, bem como as características dos produtos a ela relacionados, e orientá-lo sobre a importância de uma conduta adequada para a conservação das áreas visitadas.

Ações:

- Implantar núcleos de recepção e informação aos visitantes que informem o turista sobre práticas e comportamentos nocivos aos atrativos naturais e ao patrimônio histórico e cultural;

Responsabilidade: SMA, SET, SEC, prefeituras, ONGs, Ibama

- Integrar os setores públicos, privado e da sociedade civil para o desenvolvimento de metodologias e instrumentos que objetivem uma conduta adequada do turista nas áreas visitadas;

Responsabilidade: SET, Embratur, Sindetur, Polícia Florestal, IEB, Ecobrasil, ONGs, agentes e operadores de turismo

- Apoiar programas de educação ambiental formal e informal, em todos os níveis e de maneira interdisciplinar;

Responsabilidade: Ceam, SEE, SMA, prefeituras, ONGs, universidades

- Estabelecer ações abrangentes de divulgação do ecoturismo;

Responsabilidade: Embratur, SET, SMA, Ibama, IEB, Ecobrasil, Sindetur, agentes e operadores de turismo, agentes da mídia, entidades representativas do setor empresarial

- Promover a criação de sistema que integre as agentes e operadores de ecoturismo e as apoie na difusão da informação ambiental;

Responsabilidade: IEB, Ecobrasil, entidades representativas do setor empresarial

- Criar material informativo específico para áreas de visitação ecoturística;

Responsabilidade: SET, SMA, Embratur, Ibama, prefeituras

- Utilizar os meios legais para coibir a propaganda enganosa no ecoturismo; e

Responsabilidade: Embratur, SET, Ministério Público

- Prestar esclarecimentos prévios sobre o comportamento adequado do ecoturista em relação às comunidades a serem visitadas.

Responsabilidade: Agentes de turismo, guias, prefeituras, IEB, Ecobrasil, ONGs, SET

Estratégia 7: **Gestão integrada do ecoturismo em áreas naturais**

Objetivos:

Implantar procedimentos e normas para o gerenciamento participativo das áreas naturais visitadas, viabilizando a geração e distribuição de receita nas referidas áreas e seus entornos.

Ações:

- Realizar o levantamento dos principais destinos ecoturísticos do Estado junto a agências, prefeituras, unidades públicas estaduais e federais e outros empreendedores;

Responsabilidade: IEB, Ecobrasil, SET, SMA

- Criar grupos de trabalho microrregionais, com duração definida, para definição de diagnóstico e plano operacional de gestão de áreas naturais, através de um roteiro sugestivo com: recursos financeiros, recursos humanos, princípios de ecoturismo, especificidades microrregionais, e parcerias;

Responsabilidade: empreendedores envolvidos, entidades da sociedade civil, instituições de ensino, IF, FF

- Definir sistema emergencial de cobrança de ingressos em UCs públicas, considerando a população local e os setores do mercado envolvidos, contextualizado em estratégia ampla de manutenção e gestão do Sistema Estadual de Unidades de Conservação;

Responsabilidade: prefeituras, SMA

- Elaborar e divulgar normas e procedimentos aos visitantes e atores envolvidos;

Responsabilidade: entidades da sociedade civil, entidades representativas do setor empresarial, prefeituras, SMA

- Apoiar e exigir a viabilização de planos de gestão e monitoramento ambiental de áreas naturais visitadas;

Responsabilidade: empreendedores, entidades da sociedade civil, prefeituras, proprietários rurais, SMA, universidades, ONGs

- Estimular a participação da sociedade na conservação de ambientes naturais através da utilização do trabalho voluntário; e

Responsabilidade: SMA, agentes e operadores de turismo, IEB, ONGs

- Criar instrumentos para dotar os órgãos fiscalizadores de meios de atuação no ecoturismo.

Responsabilidade: prefeituras, SMA, SSP, entidades representativas do setor empresarial

Estratégia 8: **Implantação e adequação de infra-estrutura**

Objetivos:

Promover o desenvolvimento de tecnologias e a implantação de infra-estrutura, de acordo com as características socioculturais e ambientais locais e regionais e os princípios e critérios do ecoturismo, nos destinos que expressem vocação ou apresentem demanda deste tipo de atividade.

Ações:

- Promover e incentivar a utilização de insumos e técnicas de construção civil locais/regionais em equilíbrio com a paisagem, através de instrumentos de consultoria e avaliação de projetos de infra-estrutura (urbana/turística);

Responsabilidade: SEC, SMA, SET, SCT, IAB-SP, prefeituras, universidades

- Desenvolver parcerias entre Estado, municípios e iniciativa privada para a elaboração de projetos de implantação de infra-estrutura para o ecoturismo;

Responsabilidade: STransp, SORH; SET, empreendedores, empresas e prefeituras

- Incentivar e promover, junto a órgãos oficiais e privados, o desenvolvimento de tecnologias para equipamentos destinados à exploração do ecoturismo;

Responsabilidade: SMA, SET

- Promover a cooperação técnica internacional para intercâmbio de novas tecnologias para o segmento ecoturístico;

Responsabilidade: SMA, SET

- Dotar as UCs de infra-estrutura e de recursos humanos indispensáveis à visitação quando couber;

Responsabilidade: IF, FF, parcerias empreendedores/ONGs/Estado, Ibama

- Ajustar a categorização das UCs para o ecoturismo, quando necessário, mediante critérios técnicos;

Responsabilidade: IF, Ibama

- Realizar plano de manejo para as UCs consideradas prioritárias para o ecoturismo;

Responsabilidade: IF, Ibama

- Priorizar a regularização fundiária das áreas visitáveis nas UCs consideradas relevantes para o ecoturismo;

Responsabilidade: IF, Ibama

- Promover o conhecimento da economicidade ecoturística dos recursos naturais em UCs;

Responsabilidade: IF, FF, entidades representativas do setor empresarial, universidades

- Consignar dotação orçamentária apropriada às UCs consideradas apropriadas para o ecoturismo;

Responsabilidade: IF, FF, Ibama

- Promover a terceirização dos serviços e equipamentos turísticos nas UCs, preferencialmente envolvendo comunidades locais;

Responsabilidade: IF, FF, Ibama

- Definir critérios e normas de controle para viabilização das concessões em UCs;

Responsabilidade: IF, FF, Ibama

- Propor aos órgãos estaduais e municipais que considerem a atividade ecoturística na elaboração de estudos sobre o uso e ocupação do solo;

Responsabilidade: SET, SEEP, SMA

- Incentivar os órgãos competentes, nas esferas estadual e municipal, para a implantação e ampliação de programas de saúde, saneamento, transporte e comunicação nos destinos ecoturísticos;

Responsabilidade: SET, SMA, entidades representativas do setor empresarial, ONGs

- Elaborar estudos sobre os benefícios socioeconômicos advindos da implantação de pólos ecoturísticos; e

Responsabilidade: Embratur, SET, entidades representativas do setor empresarial

- Promover estudos para implantação de estratégias de apoio, assistência e proteção ao turista.

Responsabilidade: SET, Embratur, Sindetur, entidades representativas do setor empresarial

Estratégia 9: **Incentivos ao desenvolvimento profissional do ecoturismo**

Objetivos:

Promover e estimular a criação e a adequação de incentivos para o aprimoramento de tecnologias e de serviços, a ampliação da infra-estrutura e de equipamentos existentes, e a implementação de empreendimentos ecoturísticos, a fim de premiar iniciativas que visem ao atendimento integral aos princípios do turismo sustentável, expresso na totalidade destas *Diretrizes*.

Ações:

- Propor incentivos para viabilizar a adoção de novas tecnologias em equipamentos ecoturísticos;

Responsabilidade: entidades representativas do setor empresarial, prefeituras, SEEP, SET

- Elaborar e divulgar manual sobre tipos e fontes de incentivos disponíveis para o ecoturismo;

Responsabilidade: entidades representativas do setor empresarial, prefeituras, SEEP, SET, Sebrae, Sindetur

- Promover gestões políticas junto aos agentes de incentivo (internacionais e nacionais, públicos e privados) visando ao atendimento aos princípios do ecoturismo e às ações destas *Diretrizes*, propondo a facilitação e simplificação das linhas de crédito existentes, adaptando-as às características específicas do segmento e viabilizando seu acesso às comunidades receptoras, para a implantação e melhoria de serviços e equipamentos ecoturísticos;

Responsabilidade: entidades da sociedade civil, Governo do Estado, SEEP, SET, SMA

- Organizar e apoiar a realização de concursos estaduais sobre ecoturismo, objetivando a melhoria dos serviços e difusão de iniciativas exemplares;

Responsabilidade: Senac, SET, SMA, entidades representativas do setor empresarial

- Propor a inclusão do ecoturismo como atividade complementar a economias locais e estratégia prioritária de desenvolvimento sustentável, contextualizados no enfoque regional, em áreas ambiental e culturalmente selecionadas através de Fundos Regionais de Desenvolvimento;

*Responsabilidade: A*namma, SEEP, SMA

- Elaborar proposta de inclusão de equipamentos ecoturísticos comunitários como beneficiários dos recursos do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade e similares, nos termos da legislação vigente, desde que promovam a recuperação e proteção do patrimônio natural e cultural;

Responsabilidade: SEEP, SET

- Estimular a criação de associações e cooperativas no setor, incentivando seu financiamento, subsídios e incentivos; e

Responsabilidade: SEEP, SERT, SET

- Propor aos municípios, e implantar a nível estadual, a criação de bônus fiscais para empresas que envolvam as comunidades locais na prestação de serviços aos empreendimentos ecoturísticos.

Responsabilidade: SEEP, SET

Estratégia 10: **Controle de qualidade da operação do ecoturismo**

Objetivos:

Promover o desenvolvimento de metodologias, modelos e sistemas para acompanhamento, avaliação e aperfeiçoamento das atividades de ecoturismo, abrangendo os setores público e privado.

Ações:

- Fiscalizar os serviços e equipamentos ecoturísticos;

Responsabilidade: Embratur, SMA, SET, Ibama

- Estabelecer processos e desenvolver metodologias para avaliar os impactos socioambientais do ecoturismo nos ambientes terrestre e marinho e nas comunidades envolvidas;

Responsabilidade: Embratur, SMA, SET, prefeituras, ONGs, universidades

- Propor formas de engajamento do ecoturista no monitoramento e na realização de inventários e pesquisas nas áreas naturais terrestes e marinhas visitadas;

Responsabilidade: Embratur, SMA, ONGs, universidades, escolas e operadores de mergulho, entidades

- Identificar modelos de referência para os serviços, equipamentos e projetos ecoturísticos;

Responsabilidade: Embratur, SMA, SET, ONGs

- Incentivar a criação de um sistema auto-regulador na iniciativa privada, com a participação do consumidor e dos órgãos públicos fiscalizadores; e

Responsabilidade: entidades representativas do setor empresarial, IEB, Ecobrasil, Embratur, SMA, SET

- Fomentar o desenvolvimento de pesquisas dirigidas sobre o controle de qualidade em produtos e processos relacionados a atividade do ecoturismo.

Responsabilidade: Embratur, SMA, SET, ONGs, entidades representativas do setor empresarial

4. Considerações finais

Conforme mencionado anteriormente, as *Diretrizes para uma política estadual de ecoturismo* apresentam os resultados de uma discussão estabelecida com os vários segmentos da sociedade envolvidos com este assunto ou nele interessados. Nesse sentido, além de realizar uma leitura crítica da proposta federal para o setor, procurou-se aproximar suas colocações à realidade do Estado de São Paulo, incorporando diretamente algumas de suas propostas, revendo outras, e até mesmo propondo novos tópicos (como a Estratégia 7: *Gestão integrada do ecoturismo em áreas naturais*).

É importante ressaltar, neste momento, que todo o processo de formulação do presente documento considerou que o conhecimento e a possibilidade de contribuição ao seu debate não é privilégio de qualquer grupo. Assim, esperamos que os vários atores sociais responsáveis e interessados nesta temática nele se reconheçam e encontrem respostas a suas necessidades, pois a legitimidade e eficácia destas propostas serão tão mais amplas quanto forem sua adesão e articulação. Apenas com tal integração e reconhecimento será possível transformar a realidade do ecoturismo em nosso Estado, possibilitando não só a ampliação e consolidação desse mercado mas, principalmente, a concretização de suas potencialidades enquanto estratégia de desenvolvimento sustentável.

5. Participantes do Seminário do Grupo Executivo, responsáveis pela elaboração da primeira versão das *Diretrizes para uma Política Estadual de Ecoturismo*

Célia Serrano - *NEPAM-Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais da UNICAMP-Universidade Estadual de Campinas (coordenadora da Área de Turismo e Meio Ambiente); Pedaleira Bike Tours Turismo (empresária);* ***coordenadora do Grupo Executivo***

Attilio Brunacci - *SERT-Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho (Setor de Qualificação e Requalificação de Mão-de-obra)*

Devancyr Romão - *IEA-Instituto de Economia Agrícola da SAA-Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento (pesquisador); Agenda de Ecoturismo para o Vale do Ribeira*

Elisabete Darci Ferreira - *CEPAM-Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal da Fundação Prefeito Faria Lima (coordenadora de projetos de educação ambiental e de políticas públicas)*

Fabio Raimo de Oliveira - *SENAC-SP-Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (coordenador de Meio Ambiente do Centro de Educação em Turismo e Hotelaria); Educo Brasil Educação Experiencial*

Jefferson Camargo - *Prefeitura Municipal de Itararé (Departamento de Turismo); empresário e guia turístico local*

João Allievi - *IEB-Instituto de Ecoturismo do Brasil (diretor de Capacitação de Recursos Humanos); Naturismo Viagens (empresário)*

Juliana Marcondes Bussolotti - *MDU-Movimento em Defesa de Ubatuba; Estalagem Recanto das Amoreiras(hoteleira e agente receptivo local)*

Luciana Paolucci - *Prefeitura Municipal de Tapiraí (Diretoria de Turismo); Pós-Graduanda em Turismo na ECA-Escola de Comunicação e Artes da USP-Universidade de São Paulo*

Lucilene Ribeiro - *CEAM-Coordenadoria de Educação Ambiental da SMA (bióloga)*

Luiz Carlos Tabet Gomes - *SET-Secretaria* de Estado *de Esportes e Turismo (Divisão de Pesquisa e Planejamento)*

Maurício Marinho - *IF-Instituto Florestal/SMA; PETAR-Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (coordenador do Programa de Educação Ambiental e Ecoturismo); Agenda Ecoturismo para o Vale do Ribeira*
Nilton Rosa Pinto - *Prefeitura Municipal de Iporanga (Departamento de Turismo); agente ambiental*
Paul Joseph Dale - *FF - Fundação Florestal/SMA; Agenda de Ecoturismo para o Vale do Ribeira*
Plínio Bernardes Gil - *ANAMMA-Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente; SVMA-Secretaria do Verde e do Meio Ambiente/PMSP-Prefeitura Municipal de São Paulo (assessor técnico)*
Zenaide Sachet - *Projeto Escola de Governo da UNICAMP-Universidade Estadual de Campinas*

Participaram ainda de discussões para a elaboração deste documento

Adriana Neves da Silva, Alysson Costa, Clayton F. Lino, Cristiane Leonel, Cristina M. Amaral Azevedo, Doris Ruschmann, Esdras Martins, Francisco C. Serio, Helena Lúcia Brito Leitão, Hélvio Nicolau Moisés, João Barizon Sobrinho, João Meirelles Filho, José Flávio de Oliveira (coordenador da CEAM), José Luiz Timoni, Keniti Aniya, Marcos Aidar, Maria de Lourdes P. Simões, Maria Luiza Cortes Cavazotti, Maurilen Zimenez, Nelly Lopes P. de Souza, Norma Macruz Peixoto, Roberto Burgi, Sergio Vassimon, Teresa Pereira, Zélio A. Pinto, Zysman Neiman.

6. Agradecimentos

À colaboração das prefeituras de Itararé, São Sebastião e Ubatuba; Sergio Torres Moraes, Mauro Issler, Isabel Drigo, Klaus Duarte Barreto e Patrício Melo Gomes.

Agradecimentos especiais

À coordenação do NEPAM-Unicamp; à Direção Geral do Senac-SP e à coordenação de Meio Ambiente de seu Centro de Educação em Turismo e Hotelaria; e à direção do Parque Estadual de Campos do Jordão.

7. Lista de abreviaturas utilizadas neste documento

ANAMMA-Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente
CAB-Coordenadoria de Abastecimento da Secretaria da Agricultura e Abastecimento
CEAM-Coordenadoria de Educação Ambiental
CEPAM-Centro de Estudos e Pesquisas em Administração Municipal
CODIVAR-Consórcio de Desenvolvimento Intermunicipal do Vale do Ribeira
CONSEMA-Conselho Estadual do Meio Ambiente
ECA-Escola de Comunicação e Artes
ECOBRASIL-Associação Brasileira de Ecoturismo
EMBRATUR-Instituto Brasileiro de Turismo
FF-Fundação Florestal

IAB-Instituto dos Arquitetos do Brasil
IBAMA-Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
IEA-Instituto de Economia Agrícola
IEB-Instituto de Ecoturismo do Brasil
IF-Instituto Florestal
MDU-Movimento em Defesa de Ubatuba
MICT-Ministério da Indústria Comércio e Turismo
MMA-Ministério do Meio Ambiente
NEPAM-Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais
ONG-Organização Não-Governamental
PETAR-Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira
SAA-Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento
SCT-Secretaria de Estado deCiência e Tecnologia
SEBRAE-Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de São Paulo
SEC-Secretaria de Estado da Cultura
SEE-Secretaria de Estado da Educação
SENAC-Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAR-Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SEEP-Secretaria de Estado de Economia e Planejamento
SERT-Secretaria de Estado do Emprego e das Relações do Trabalho
SET-Secretaria de Estado de Esportes e Turismo
SINDEGTUR-Sindicato dos Guias de Turismo
SINDETUR-Sindicato das Empresas de Turismo
SMA-Secretaria de Estado do Meio Ambiente
SORH-Secretaria de Estado de Obras e Recursos Hídricos
SSP-Secretaria de Estado da Segurança Pública
STransp-Secretaria de Estado dos Transportes
SUTACO-Superintendência do Trabalho Artesanal nas Comunidades
UC-Unidade de Conservação
UNICAMP-Universidade Estadual de Campinas
USP-Universidade de São Paulo

ANEXO 1 - UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO[9]

O Estado de São Paulo conta um com 25 parques estaduais, 22 estações ecológicas, 21 estações experimentais, 10 florestas estaduais, 3 reservas estaduais e 2 viveiros, sob a responsabilidade do Instituto Florestal, da Fundação Florestal e da **Secretaria de Estado de Esportes e Turismo ????.**[10]

Nas Unidades de Conservação onde a visitação é prevista em lei, dentro dos objetivos de cada tipo de UC, são desenvolvidos programas de uso público, visando promover o intercâmbio entre comunidade, a área protegida e administração. Tais programas são organizados em função de atividades como turismo, recreação, interpretação da natureza, relações públicas e extensão, através de cursos para professores e guias, palestras, eventos, coleta seletiva de lixo, atendimento a escolas, grupos organizados e público em geral. Apenas em 29 das 79 UCs administradas pelo Instituto Florestal, são atendidos 1 milhão e 300 mil visitantes/ano.

A seguir são identificadas as UCs estaduais, **localizadas por município de sua sede**, com o respectivo telefone para contato.

Parques Estaduais

Alberto Loefgren - ***São Paulo*** - (011) 952-8555 r. 266
Ara - (0195) - *Porto Ferreira* - (019) 581-2319
Campos do Jordão - *Campos do Jordão* - (012) 263-1414/163-1977
Cantareira - ***São Paulo*** - (011) 952-8555 r. 228
Carlos Botelho - *São Miguel Arcanjo* - (015) 973-9278
Furnas do Bom Jesus - Pedregulho - (016) **771-1148**
Ilha Anchieta - *Ubatuba* - (012) 974-9059
Ilhabela - *Ilhabela* - (012) 472-2660
Ilha do Cardoso - *Cananéia* - (013) **851-1163/851-1108**
Intervales - Ribeirão Grande - ( )
Jacupiranga - *Registro* - (013) 821-5030
Jaraguá - *São Paulo* -(011) 952-8555 r. 266
Juquery - *???????* - (011) 952-8555 r. 228
Jurupará - ***Juquitiba*** - (011) 952-8555 r. 277
Mananciais de Campos do Jordão - *Campos do Jordão* - (011) 263-1414/263-3034
Marinho da Laje de Santos - *Cubatão* - (013) 361-3154/361-8250
Morro do Diabo - *????????????????*
Porto Ferreira - *Porto Ferreira* - (019) 581-2319/984-7986/984-7175
Serra do Mar
- Núcleos:
a) Caraguatatuba - (012) 422-3166
b) Cunha/Indaiá - (012) 571-1818
c) Cubatão/Pilões - (013) 361-3154
d) Curucutu - (011) 952-8555 r. 228

[9] Elaborado com a colaboração de Maria de Jesus Robim (IF).
[10] O Ibama também mantém UCs no Estado, sendo ao todo .....

e) Pedro de Toledo - (011) 952-8555 r. 228
f) Picinguaba - (012) 432-4149
g) Rio Branco/Mongaguá - (013) 361-3154/361-8250
h) Santa Virgínia - (012) 271-1480/982-9159
i) São Bernardo - (013) 361-3154/351-8250
Turístico do Alto Ribeira-Petar - *Apiaí* - (015) 552-1875
Vassununga - ***Porto Ferreira*** - (019) 581-2319
Xixová-Jacuí - *Cubatão* - (013) 361-3154/351-8250
Pariquera-abaixo - *Pariquera-açu* - (013) 856-1284

Estações Ecológicas

Estações Experimentais

Florestas Estaduais

Reservas Florestais

Viveiros

ANEXO 2 - GLOSSÁRIO DE TERMOS UTILIZADOS NESTE DOCUMENTO

A - Termos técnicos turísticos[11]

agência - empresa que, em geral, apenas comercializa produtos turísticos; atende diretamente o público consumidor (varejista)
atrativo - elemento que motiva a visita turística; pode ser natural (paisagens, rios, cachoeiras etc.) ou cultural (museus, festas tradicionais, construções de valor artístico ou histórico etc.)
emissivo - adjetivo relativo aos locais de onde partem os turistas ou aos serviços prestados por empresas aí instaladas (ex.: mercado emissivo)
impacto - no campo do turismo, diz respeito a qualquer alteração, positiva ou negativa, de uma dada situação
operadora - empresa que, em geral, apenas elabora e executa produtos e/ou serviços turísticos; atende basicamente agentes de turismo, fornecendo produtos para revenda (atacadista)
produto turístico - bem ou serviço negociado na indústria turística; pode ser unitário (passagem aérea, serviço de guia de turismo, hospedagem etc.) ou um conjunto destes (pacote de viagem)
receptivo - adjetivo relativo aos locais que recebem turistas ou às empresas e serviços prestados a eles no local de visitação (ex.: núcleo receptivo)
recurso - sinônimo de atrativo
sazonalidade - característica da atividade turística que consiste na concentração das viagens em períodos determinados (férias, feriados prolongados) e para o mesmo tipo de região (verão-praia; inverno-montanha/interior); alta e baixa temporada
segmento de mercado - conjunto de consumidores com características comuns (ex.: terceira idade), ou ainda subdivisão do mercado por atividades (ex.: turismo de negócios, científico, ecoturismo)
trade - conjunto de agentes, operadores, hoteleiros e prestadores de serviços turísticos; utilizado também como sinônimo de mercado ou de setor empresarial

B - Modalidades e/ou atividades do ecoturismo[12]

asa delta, paraglyder, paraquedismo, balonismo - atividades esportivas de vôo, sem sentido de competição
bóia-cross - descida de rios com auxílio de bóias especiais
cannyoning - descida de penhascos e/ou cachoeiras, com auxílio de equipamento especial (rappel)
canoeing, cayaking - navegação em rios, lagos ou oceanos com utilização de canoas a remo ou caiaques

---

[11] Elaborado com a colaboração de João Allievi (IEB).
[12] Idem.

cicloturismo - viagens/passeios de bicicleta, realizados por estradas asfaltadas e/ou sem pavimentação
escalada/climbing/alpinismo - atividade esportiva praticada em rocha ou gelo, sem sentido de competição
espeleologia - visita/exploração de cavernas com ou sem finalidade de estudos dos ambientes subterrâneos
estudos do meio - visitas com fins claramente educacionais, realizadas em geral por público escolar
hikking - caminhada de curta duração; usualmente não ultrapassa um dia
mergulho - atividade esportiva praticada em ambiente aquático, com ou sem equipamento de respiração artificial (mergulho autônomo e snorkelling), sem sentido de competição
montanhismo - nome genérico das atividades praticadas em ambiente de montanha; pode incluir escaladas e/ou caminhadas
mountain biking - atividade esportiva realizada em trilhas e/ou estradas sem pavimentação, com bicicletas especiais para terrenos acidentados, sem sentido de competição
observação astronômica - atividade voltada para avistamento de fenômenos celestes, com ou sem ajuda de aparelhos
observação de fauna e flora - atividade voltada para avistamento de espécies particulares (aves, borboletas, orquídeas etc.)
rafting - descidas de rios encachoeirados feitas em botes infláveis
safári fotográfico - viagem cujo objetivo principal é a realização de fotografias
trekking - caminhada com duração de mais de um dia, incluindo pernoites no meio natural, na qual os participantes transportam seus equipamentos
turismo eqüestre/tropeirismo - viagem realizada com a utilização de transporte por cavalos, ou envolvendo passeios deste tipo
turismo esotérico - tipo de viagem com motivação mística, espiritual ou sobrenatural (avistamento de OVNIs, p. ex.)
turismo rural/agroturismo - viagem que envolve vivência em propriedades rurais, usualmente com o acompanhamento da rotina de trabalho destas

Obs.: esportes a motor e atividades afins (motociclismo, veículos off-road, motonáutica etc.) não são consideradas compatíveis com o aproveitamento ecoturístico de áreas naturais, pela intensidade de seus impactos (erosão e/ou compactação em trilhas, alto nível de ruído, poluição do ar) e por interferirem em outras modalidades (jet-sky x observação de pássaros, p. ex.)

C - Conceitos e terminologia ambiental e afim

Agenda 21 - documento resultante da Conferência da ONU para Ambiente e Desenvolvimento-Eco 92; programa a ser implementado pelos governos nacionais envolvendo criação de legislação, financiamento de projetos e transferência de tecnologia entre os países, com vistas à proteção ambiental
biodiversidade/diversidade biológica - expressões relativas à quantidade e/ou variedade de espécies (fauna, flora, microorganismos etc.) de um certo ecossistema

ou de uma região. Esta diversidade é fundamental ao equilíbrio dos ecossistemas e, consequentemente, à preservação ambiental

capacidade de carga - expressão genérica utilizada para designar os instrumentos de planejamento para o uso de áreas naturais ou urbanas, protegidas ou não por legislação, visando a manutenção de sua qualidade ambiental, pela minimização de impactos negativos. Em geral, leva em consideração o número de pessoas suportável pela área, num dado tempo, que não comprometa aspectos biofísicos e permita ao mesmo tempo uma experiência agradável aos visitantes

proteção/conservação/preservação ambiental - expressões muitas vezes utilizadas como sinônimos, mas conceitualmente diversas; proteção tem um sentido genérico de atenção, cuidado e defesa do ambiente; conservação diz respeito a formas racionais de apropriação dos recursos naturais, baseadas na possibilidade de continuidade dessa mesma apropriação e na manutenção ou mínima interferência nas condições ambientais; preservação relaciona-se com propostas de não intervenção humana na natureza, de defesa de sua intocabilidade

desenvolvimento sustentável/ sustentabilidade - condição das relações entre homem e ambiente na qual são levados em conta os direitos das futuras gerações à utilização dos recursos naturais; têm como pressuposto não apenas os interesses econômicos mas também aqueles sociais e as peculiaridades culturais de cada comunidade/sociedade. O conceito de desenvolvimento sustentável é resultado das discussões sobre os limites naturais do planeta para a expansão do ritmo de utilização de recursos não renováveis, o crescimento populacional e o modelo urbano-industrial das sociedades ocidentais iniciadas na década de 70, promovidas pela ONU

ecossistema - conjunto dos elementos bióticos (fauna, flora, microorganismos etc.) e abióticos (físicos, químicos, meteorológicos etc.) presentes num ambiente determinado e com extensão definida, e dos relacionamentos entre tais elementos

interdisciplinaridade - prática de pesquisa/reflexão/atuação envolvendo duas ou mais disciplinas ou ramos do conhecimento

ONG - qualquer grupo social formalmente organizado que não tenha vínculo com o Estado; tem caráter temático (profissional, ambiental, sexual, educativo etc.) e, em geral, tem participação ativa em discussões de problemas sociais

patrimônio histórico/cultural - conjunto de bens materiais ou simbólicos representativos do conhecimento e da experiência de um povo (edificações, monumentos, folclore, tradições etc.)

Unidade de Conservação - área natural pública delimitada com fins de proteção ambiental; pode ser de uso direto ou indireto, conforme o grau de manipulação de seus recursos permitido pela legislação; definida em nível nacional, estadual ou municipal (ex.: parque nacional/estadual/municipal, estação ecológica, reserva florestal etc.)